



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI/SP
Concurso Público – Edital nº 01/2019

PROCURADOR

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA

- **DURAÇÃO DA PROVA:**
 - Tempo máximo: **4 horas e 30 minutos**, incluso tempo para preenchimento da folha de respostas.
 - Tempo mínimo de permanência na sala: **1 hora**.
- **CADERNO DE QUESTÕES:**
 - Este caderno é composto de **80 questões** objetivas de múltipla escolha.
 - Confira se o seu caderno possui todas as páginas e se os textos, gráficos e/ou imagens estão plenamente legíveis. Caso haja algum problema com seu caderno, comunique imediatamente ao fiscal da sala.
 - Utilize o Caderno de Questões como rascunho, transferindo as alternativas assinaladas para a Folha de Respostas.
 - O candidato poderá levar o caderno de questões após transcorridas 2 horas do início da prova.
- **FOLHA DE RESPOSTAS:**
 - **Leia atentamente as instruções constantes em sua Folha de Respostas.**
 - Utilize somente caneta esferográfica azul ou preta para preencher sua Folha de Respostas.
 - **NÃO HAVERÁ TROCA DA FOLHA DE RESPOSTAS**, portanto, tenha muita atenção ao assinalar a alternativa escolhida.
 - Assinale apenas **UMA** alternativa para cada questão.
 - Serão consideradas incorretas as questões com dupla marcação ou com rasuras.
 - O campo da alternativa escolhida deverá ser preenchido por inteiro, conforme instrução constante na própria Folha de Respostas.
 - Não esqueça de assinar a sua folha de respostas personalizada e devolvê-la ao fiscal.

Qualquer intercorrência, comunique ao fiscal responsável pela aplicação da prova.

Divulgação de Gabarito:

- A partir de 10/06/2019 no site www.rboconcursos.com.br e www.cajati.sp.gov.br

Caso permaneça na sala de prova por menos de 2 horas, destaque aqui e leve a parte inferior

(ATENÇÃO) Anotação das alternativas assinaladas pelo candidato para posterior conferência.																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo para responder às questões de 1 a 4.

Não temos consciência da quantidade de dados que damos ao celular mesmo sem tocá-lo

Advogada Paloma Llaneza explica que apagar aplicativos como Facebook e WhatsApp é a única forma de evitar que eles coíham nossos dados

Paloma Llaneza (Madri, 1965) foi uma das primeiras usuárias do Facebook. Mas essa advogada especializada em proteção de dados apagou sua conta ao ver como a rede social funcionava e quais informações colhia sobre ela. No dia em que a empresa de Mark Zuckerberg comprou o WhatsApp, ela também desinstalou esse serviço de mensagens instantâneas do seu celular. E enviou um comunicado a todos os seus contatos: "O Facebook adquiriu o WhatsApp e o adquiriu pelos usuários, adquiriu-o pelos dados de vocês. Vou embora".

"Os dados são valiosos porque dizem muitíssimo sobre nós, e somos potenciais eleitores, potenciais compradores e potenciais solicitantes de serviços de transporte, saúde, educação e crédito. O mundo gira ao redor de nossas necessidades. Quanto melhor eu te conhecer, melhor serei capaz de te vender o que acho que você precisa, mesmo que você ainda não ache que precise, e de negar o que você pede", diz ela numa entrevista ao EL PAÍS. Llaneza, que também é auditora de sistemas e consultora em segurança digital, acaba de publicar na Espanha a obra *Datanomics*, em que explica o que as empresas tecnológicas fazem com nossos dados pessoais.

O custo de manter instalados aplicativos como Facebook, WhatsApp e Instagram "é muito alto": "No dia em que o WhatsApp falar de tudo o que lhe falamos, o mundo acaba". Os gigantes tecnológicos chegam a conhecer o usuário melhor que alguns pais, cônjuges ou mesmo que o próprio indivíduo. "O que mais nos diz sobre um ser humano é aquilo que ele oculta de si mesmo: sua parte emocional. As redes sociais permitem saber qual é seu estado de ânimo em tempo real, se você está sofrendo por amor ou procurando medicação para os nervos, se tem depressão, se abusa do álcool, se sai muito ou se a música que você escuta indica uma tendência ao suicídio ou uma melancolia transitória que é parte do seu caráter", diz a advogada.

O Facebook analisou dados de mais de seis milhões de adolescentes australianos e neozelandeses para determinar seu estado de ânimo e fornecer informação aos anunciantes sobre os momentos em que se sentiam mais vulneráveis, segundo um documento da companhia na Austrália vazado em 2017 pelo jornal *The Australian*. Ao saber como uma pessoa é e como se

sente a cada instante, as empresas podem lhe vender no momento oportuno "algo de que necessite emocionalmente": "Uma ideia, um pensamento, um partido político, um modo de vida ou mesmo um sentimento de superioridade nacional". "Isto, que é preocupante, funcionou muito bem no Brexit, na eleição de Trump e em algumas eleições recentes na Espanha", afirma Llaneza.

El País – Brasil [ADAPTADO]

Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/21/tecnologia/1550768323_045000.html

1. De acordo com o texto, **NÃO** é possível afirmar que
 - (A) o compartilhamento dos dados de usuários permite manipulações no sentido econômico, político, social, dentre outros.
 - (B) por ser uma característica estritamente individual, é impossível que os dados revelem características emocionais das pessoas.
 - (C) a análise dos dados compartilhados pelas pessoas, por empresas como Facebook e WhatsApp, constitui perfis de usuários muito precisos.
 - (D) a advogada Llaneza defende que a precisão de conhecimento sobre as pessoas, impacta acontecimentos reais, como muitas eleições ao redor do mundo.

2. Considere as seguintes afirmações.
 - I. Em "Quanto melhor eu te conhecer, melhor serei capaz de te vender o que acho que você precisa, mesmo que você ainda não ache que precise, e de negar o que você pede", o trecho em destaque se trata de uma oração subordinada adverbial concessiva.
 - II. Em "Os dados são valiosos porque dizem muitíssimo sobre nós, e somos potenciais eleitores, potenciais compradores e potenciais solicitantes de serviços de transporte, saúde, educação e crédito", as regras de uso das vírgulas foram plenamente respeitadas.
 - III. No trecho "Ao saber como uma pessoa é e como se sente a cada instante, as empresas podem lhe vender no momento oportuno", há um desvio de concordância verbal.

Está(ão) correta(s) apenas

- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) I e II.
 - (D) II e III.
3. Considere o trecho "O Facebook adquiriu o WhatsApp e o adquiriu pelos usuários, adquiriu-o pelos dados de vocês. Vou embora". Os termos em destaque representam colocações pronominais distintas; assinale a alternativa que melhor descreve esta escolha.
 - (A) O primeiro caso é proclítico por ser sucedido de uma conjunção subordinativa.
 - (B) O primeiro caso é proclítico por ser o início de uma nova oração.
 - (C) O segundo caso é enclítico por ser precedido de uma preposição.
 - (D) O segundo caso é enclítico por ser o início de uma nova oração.

4. A palavra "instantâneas", em destaque no texto, apresenta sentido similar ao das palavras abaixo, **EXCETO**:

- (A) imediatas.
- (B) rápidas.
- (C) ligeiras.
- (D) duradouras.

5. Considere a frase: "Já _____ anos desde quando _____ flores neste jardim".

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas acima.

- (A) faz / havia
- (B) fazem / havia
- (C) faz / haviam
- (D) fazem / haviam

6. Assinale a alternativa que respeita plenamente a regência verbal, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Estavam cansados de ir no cinema todos os finais de semana.
- (B) A madrastra visava a grande herança da família quando se casou.
- (C) A esposa era obrigada a assistir aos jogos nos finais de semana.
- (D) O repasse informando as novas regras da escola chegaram muito tarde.

7. Assinale a alternativa em que todas as orações respeitem plenamente a regência nominal, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Beatriz era incapaz em formular uma planilha. / O dono do açougue era hostil para com todos.
- (B) Nunca o funcionário mostrara disposição de aprender. / Entrou com recurso à decisão do juiz.
- (C) Os deputados eram cúmplices de corrupção. / A língua inglesa é essencial de se ter no currículo.
- (D) Sempre tive dificuldade com matemática. / Os irmãos eram propensos ao crime.

8. Assinale a alternativa em que todas as palavras estejam corretamente grafadas, conforme a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Pegou a pinça na bandeija do salão para retirar suas próprias sobrançelas.
- (B) A pintura dos azulejos foi o curso mais procurado na feira beneficente.
- (C) Tudo se torna prazeroso quando se é milionário.
- (D) Os comentários supérfluos da vizinha eram lamentáveis.

9. Considere as frases abaixo.

- I. Ficamos muito emocionados com o solo do violinista no _____.
- II. Pediu a _____ dos serviços após descobrir a indole da empresa.
- III. _____ de nossa terra natal em busca de uma nova vida.

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas, de acordo com o contexto.

- (A) I – concerto; II – dispensa; III – Emigramos
- (B) I – concerto; II – despensa; III – Imigramos
- (C) I – conserto; II – despensa; III – Imigramos
- (D) I – conserto; II – dispensa; III – Emigramos

10. Assinale a alternativa em que o "a" destacado nas duas frases **NÃO** deve receber acento grave, indicativo de crase.

- (A) Bruno estava a fazer todo o serviço de casa. / Viajarei a Guatemala no final do ano.
- (B) Entreguei o resultado dos exames a ele. / Deixei de ir a Manaus por estar com uma gripe forte.
- (C) Rafael, Sergio e Bia foram a casa de Bruno. / Pagou a televisão a vista, pois não gostava de dívidas.
- (D) Gabriela não quis entregar a prova a professora. / Estava a sorrir quando a tragédia aconteceu.

11. Assinale a alternativa em que o agente da passiva está corretamente grifado.

- (A) A esperança por um mundo melhor tem sido necessária.
- (B) Nada tem sido feito pela população a respeito de alguns problemas sociais.
- (C) Muito se discute a respeito da política brasileira.
- (D) Devemos sempre lutar por um país melhor.

Leia a tirinha abaixo para responder à questão 12.



Disponível em: <http://www.incautosdoontem.com/2010/01/o-pai-dos-argumentos-estupidos-versao-hq.html>

12. Considere as seguintes afirmações:

- I. O sentido da tirinha não pode ser totalmente depreendido, uma vez que não informa a resposta da personagem que levava ajuda ao Haiti.
- II. Em "eles precisam menos só por não serem do exterior?", o termo em destaque se trata de uma conjunção explicativa.
- III. O sujeito da oração no último quadrinho é oculto.

Está(ão) correta(s) apenas

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) II.
- (D) III.

13. Assinale a alternativa em que a concordância nominal foi plenamente respeitada, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Havia bastante alunos naquela sala.
- (B) Não foi incluso no documento as cópias das fotos.
- (C) Segue anexo no e-mail a lista de convidados.
- (D) É proibido entrada de animais neste recinto.

14. Assinale a alternativa em que o verbo grifado **NÃO** apresenta dois objetos.

- (A) Gostaria de **contar**-lhe uma história a meu respeito.
- (B) **Pedi** a meu amigo um favor: não tocar mais naquele assunto.
- (C) Durante o natal, **doam** muitos presentes às crianças.
- (D) **Tivemos** a confirmação da notícia exposta pelo jornal.

15. Assinale a alternativa que possui dois advérbios.

- (A) Não encontrei uma solução para o problema ontem.
- (B) Gabriela era a secretária mais poderosa da equipe.
- (C) Encontrei um imenso rato embaixo da geladeira.
- (D) Certamente aqui não terá mais ninguém amanhã.

MATEMÁTICA

16. Cinco caminhões transportam 120 m³ de areia. Para transportar 1.320 m³ de areia, serão necessários

- (A) 52 caminhões.
- (B) 55 caminhões.
- (C) 59 caminhões.
- (D) 62 caminhões.

17. Paulo aplicou R\$ 8.200,00 durante 18 meses a uma taxa de 18% ao ano. No final desse período, o valor total que Paulo terá será de

- (A) R\$ 10.270,00.
- (B) R\$ 10.380,00.
- (C) R\$ 10.414,00.
- (D) R\$ 10.508,00.

18. Um avô tem uma quantia de R\$ 5.180,00 e quer dividir para seus três netos de forma proporcional a idade deles: 10, 12 e 15 anos. Dessa forma, o mais velho deverá receber

- (A) R\$ 2.100,00.
- (B) R\$ 1.680,00.
- (C) R\$ 1.400,00.
- (D) R\$ 1.250,00.

19. A área de um retângulo é de 120 cm². Sabendo que o comprimento é 7 unidades maior que a largura, a soma das medidas dos quatro lados desse retângulo é

- (A) 46 cm.
- (B) 45 cm.
- (C) 43 cm.
- (D) 42 cm.

20. Entre os números 80 e 100, existem dois números pares múltiplos de 7. O produto deles é

- (A) 5.880.
- (B) 6.860.
- (C) 7.252.
- (D) 8.232.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Com relação aos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) Todos os atos administrativos têm a finalidade de produzir efeitos jurídicos.
- (B) A presunção de legitimidade dos atos administrativos diz respeito à conformidade do ato com a lei; em decorrência desse atributo, presumem-se, até prova em contrário, que os atos administrativos foram emitidos com observância da lei. A presunção de veracidade diz respeito aos fatos; em decorrência desse atributo, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela Administração.
- (C) A autoexecutoriedade existe efetivamente em todos os atos administrativos.
- (D) Objeto é o resultado que a Administração quer alcançar com a prática do ato, enquanto a finalidade é o efeito jurídico imediato que o ato produz (aquisição, transformação ou extinção de direitos).

22. Acerca da autarquia, assinale a alternativa correta.

- (A) Possui necessariamente direitos e obrigações idênticos àqueles pertencentes ao ente que a instituiu.
- (B) É autoadministrativa, ou seja, tem o poder de criar o próprio direito.
- (C) O princípio da especialização a impede de exercer atividades diversas daquelas para as quais foram instituídas.
- (D) Poderá ter natureza de pessoa jurídica de direito privado, mas deverá sempre ser criada por lei.

23. De acordo com a Lei de Licitações (Lei nº 8.666 de 1993), assinale a alternativa correta.

- (A) As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, não cabendo exceções.
- (B) Nas definições legais, convite é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- (C) Nos casos em que couber concorrência, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, o convite.
- (D) É dispensável a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

24. Com relação aos bens públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) O poder público não exerce sobre os bens públicos o direito de propriedade.
- (B) Águas do mar, rios navegáveis e ilhas oceânicas são, a princípio, bens de uso especial.
- (C) Os bens de uso comum do povo e os de uso especial, afetados ou não, podem ser dispostos no comércio jurídico de direito privado, podendo assim ser submetidos a compra e venda, doação, permuta, hipoteca, penhor, comodato, locação, posse *ad usucapionem* etc.
- (D) Não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

25. Constitui princípio e alicerce da licitação, expressamente previsto na Lei nº 8.666 de 1993 o(a)

- (A) isonomia.
- (B) sigilo das propostas.
- (C) eficiência.
- (D) julgamento discricionário.

26. Com relação à desapropriação, assinale a alternativa correta.

- (A) A expropriação de glebas de terras em que sejam cultivadas plantas psicotrópicas se dá mediante indenização paga em títulos da dívida pública.
- (B) A desapropriação desenvolve-se por meio de uma sucessão de atos que compreende duas fases: a declaratória, cuja competência é exclusiva do Poder Executivo, e a executória, que poderá ser administrativa ou judicial.
- (C) A invasão do imóvel é causa de suspensão do processo expropriatório para fins de reforma agrária.
- (D) A definição de quais sejam os casos de necessidade pública, utilidade pública ou interesse social fica a critério da Administração Pública, sob juízo de conveniência e oportunidade.

27. No que tange aos servidores públicos aos temas conexos, assinale a alternativa correta.

- (A) A Administração pública, a juízo de conveniência, abrirá concurso público para preenchimento de função pública.
- (B) Os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas, tanto da União quanto dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, devem possuir regime jurídico único.
- (C) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, observado o teto de vencimento ou subsídio, a de dois cargos de professor com outro técnico ou científico.
- (D) O provimento constitui ato do Poder Público, enquanto a investidura constitui ato do servidor; o primeiro constitui condição para que ocorra a segunda.

28. Leia o trecho abaixo e assinale a alternativa que apresenta o sentido a que o conceito de Constituição na passagem se refere.

"Hans Kelsen é o representante desse sentido conceitual, alocando a Constituição no mundo do dever-ser, e não no mundo do ser, caracterizando-a como fruto da vontade racional do homem, e não das leis naturais. José Afonso da Silva, traduzindo o pensamento de Kelsen, conclui que '... constituição é, então, considerada norma pura, puro dever-ser'"

(Pedro Lenza)

- (A) Sociológico.
- (B) Jurídico.
- (C) Político.
- (D) Filosófico.

29. Com relação à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) A significativa omissão na sua obrigação de vigiar e cuidar da segurança pública tem o condão de atribuir ao Estado a responsabilidade pela morte de um indivíduo vítima de latrocínio.
- (B) Quando houver evento imprevisível, inevitável e estranho à vontade das partes, como uma tempestade ou um raio, não poderá, sem exceções, haver responsabilidade do Estado, pois independe de sua vontade.
- (C) A responsabilidade objetiva consagrada ao Estado pela Constituição Federal não se aplica às pessoas jurídicas de direito privado.
- (D) No uso do direito de regresso, o Estado pode tomar a iniciativa e descontar os valores devidos pelo agente de sua remuneração.

30. Levando-se em consideração os vários critérios de classificação das constituições conhecidos na doutrina, é correto afirmar que a Constituição Federal brasileira de 1988 é

- (A) rígida.
- (B) variada.
- (C) material.
- (D) sintética.

31. No que tange à interpretação da Constituição, o elemento que busca investigar as origens dos conceitos utilizados pelo legislador é o

- (A) genético.
- (B) sistemático.
- (C) histórico.
- (D) teleológico.

32. Com relação ao controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) O controle político é feito preventivamente.
- (B) O Tribunal de Contas da União e o Conselho Nacional de Justiça exercem controle difuso de constitucionalidade.
- (C) Por definição, no sistema de controle pela via incidental, a análise da constitucionalidade da lei será o objeto principal, autônomo e exclusivo da causa.
- (D) Distribuído o processo para turma, câmara ou seção no Tribunal competente, arguida, em controle difuso, a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do poder público, o relator, após ouvir o Ministério Público e as partes, submeterá a questão ao referido órgão fracionário ao qual competir o conhecimento do processo, que poderá rejeitar ou acolher a arguição.

33. Com relação ao processo legislativo, assinale a alternativa correta.

- (A) A última fase do processo legislativo é a deflagradora.
- (B) A legislação não prevê iniciativa para a criação de leis diretamente pela população, devendo essa concretizar sua vontade por intermédio de seus representantes políticos.
- (C) São de iniciativa reservada ao Presidente da República as leis que fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas.
- (D) A deliberação parlamentar faz parte da fase complementar do processo legislativo.

34. Com relação aos Três Poderes, assinale a alternativa correta.

- (A) Constitui função típica do Poder Legislativo o julgamento do Presidente da República dos Crimes de Responsabilidade pelo Senado.
- (B) Constitui função atípica do Poder Executivo o julgamento de recursos administrativos.
- (C) Os órgãos representantes dos Poderes são independentes entre si, cada qual atuando dentro de sua parcela de competência constitucionalmente estabelecida quando da manifestação do poder constituinte originário mas as atribuições asseguradas poderão ser delegadas de um Poder a outro.
- (D) O Poder Legislativo Federal é bicameral, e o estadual é unicameral, e o número de membros da Assembleia Legislativa estadual corresponde ao quádruplo do número de representantes legislativos do respectivo estado membro na Câmara dos Deputados.

35. O constituinte de 1988 definiu o Mandado de Segurança da seguinte forma: "conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público". Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito líquido e certo é aquele que pode ser demonstrado de plano mediante prova pré-constituída, sem a necessidade de dilação probatória. Trata-se de direito "manifesto na sua existência, delimitado na sua extensão e apto a ser exercitado no momento da impetração".
- (B) Caberá mandado de segurança também quando autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público negar, ao interessado, retificação de suas informações pessoais, de que aqueles tenham posse.
- (C) Dada a natureza da ação, pessoa jurídica não pode figurar como polo ativo no mandado de segurança.
- (D) Supremo Tribunal Federal possui competência constitucional originária para processar e julgar mandado de segurança impetrado contra qualquer ato ou omissão de Tribunal Judiciário.

36. Acerca do domicílio tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) Caso a autoridade administrativa encaminhe notificação fiscal para endereço diferente do indicado pelo contribuinte, desde que imbuída em boa-fé, tal notificação surtirá seus efeitos.
- (B) O Código Tributário Nacional estipula como regra básica para o estabelecimento do domicílio tributário a eleição, ou seja, a escolha do sujeito passivo, não sendo possível à autoridade administrativa, sob qualquer pretexto, recusar o domicílio eleito.
- (C) Apesar da liberdade conferida pelo legislador ao sujeito passivo na escolha do domicílio tributário, tem-se admitido, em face da peculiaridade de alguns tributos, a edição de leis restritivas de tal direito.
- (D) Nos termos legais, não feita a eleição pelo contribuinte, vigora a regra segundo a qual, quanto às pessoas jurídicas de direito público, considerar-se-á seu domicílio a sua sede no território da entidade tributante.

37. Com relação aos princípios constitucionais tributários, assinale a alternativa correta.

- (A) Em respeito ao princípio da legalidade, não podem, no Brasil, tributos ser disciplinados por decreto presidencial.
- (B) A acepção horizontal do princípio da isonomia refere-se às pessoas que estão niveladas, na mesma situação e que, portanto, devem ser tratadas da mesma forma. A acepção vertical refere-se às pessoas que se encontram em situações distintas e que, justamente por isso, devem ser tratadas de maneira diferenciada na medida em que se diferenciam.
- (C) Em razão dos princípios da anterioridade e da irretroatividade, não se admite no direito pátrio que se aplique, para fins de cálculo de imposto de renda, calculado sobre os rendimentos do ano base, a lei vigente no exercício financeiro em que deve ser apresentada a declaração.
- (D) Pelo princípio do não confisco, não se pode utilizar tributo com efeito de confisco, exceto em casos expressamente previstos em lei, como a taxa de religação de energia elétrica.

38. De acordo com a legislação tributária, suspende a exigibilidade do crédito tributário

- (A) a compensação.
- (B) a transação.
- (C) a consignação em pagamento.
- (D) a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

39. Com relação ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, assinale a alternativa correta.

- (A) Possui característica predominantemente fiscal, sendo importante fonte de arrecadação municipal, sem prejuízo da sua excepcional utilização extrafiscal.
- (B) A progressividade de alíquotas com base no valor do imóvel, é válido desde o início da vigência da Constituição de 1988.
- (C) Não é admitida a variação da alíquota de acordo com a localização do imóvel.
- (D) A base do cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel. Leva-se em consideração o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

40. Com relação ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), assinale a alternativa correta.

- (A) É de competência estadual.
- (B) Incide sobre a transmissão onerosa de direitos reais, como os de usufruto, os de propriedade e os de garantia.
- (C) Não incide sobre as transmissões originárias, como por usucapião ou por acessão.
- (D) Incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.

41. De acordo com o Código Civil brasileiro, são pessoas jurídicas de direito público interno

- (A) as organizações religiosas.
- (B) os partidos políticos.
- (C) as associações públicas.
- (D) as sociedades.

42. Acerca da contribuição de melhoria, assinale a alternativa correta.

- (A) Não é todo benefício proporcionado pela obra ao particular que legitima a cobrança da contribuição.
- (B) É legítima a cobrança com o intuito de obter recursos a serem utilizados em obras futuras.
- (C) O fato gerador da contribuição de melhoria é a realização da obra.
- (D) Não se admite a fixação da base de cálculo do tributo mediante a utilização de montantes presumidos de valorização, indicados pela administração pública.

43. No que tange à receita pública, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101 de 2000), assinale a alternativa correta.

- (A) Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo será, em regra, admitida.
- (B) O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.
- (C) A renúncia de receita não compreende alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, ou outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
- (D) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, mesmo quanto a débito cujo valor total seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

44. Com relação às regras atinentes às pessoas naturais, em estrita observância ao disposto no Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Toda pessoa é capaz de direitos na ordem civil, cabendo somente àqueles com capacidade civil plena os deveres.
- (B) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 18 (dezoito) anos.
- (C) Os pródigos são relativamente incapazes a certos atos ou à maneira de os exercer.
- (D) Cessa a incapacidade, pela concessão dos pais, de jovem com 15 (quinze) anos completos.

45. Nos termos do Código Civil brasileiro, começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a

- (A) efetiva subscrição de todos os sócios no ato constitutivo.
- (B) ratificação do estatuto societário e sua consequente averbação no ato constitutivo.
- (C) primeira atividade apta a gerar obrigações tributárias, relativas aos fins para os quais a pessoa jurídica foi criada.
- (D) inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.

46. Nos termos do Código Civil Brasileiro, pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, entre outras hipóteses, se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado, após o término da guerra, em até

- (A) dois meses.
- (B) dois anos.
- (C) cinco anos.
- (D) dez anos.

47. Com relação aos direitos da personalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) São intransmissíveis, mas podem ser renunciados pela pessoa plenamente capaz.
- (B) O direito de exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, é personalíssimo, extinguindo-se com a morte do titular.
- (C) Salvo por exigência médica, é defeso, em qualquer outra hipótese, o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física.
- (D) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

48. Nos termos do Código Civil brasileiro, a fundação somente poderá constituir-se para fins de assistência social, cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, educação, saúde, segurança alimentar e nutricional, defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos, promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos e atividades religiosas. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la, tudo isso por

- (A) proposta legislativa.
- (B) elaboração e subscrição de ato constitutivo.
- (C) escritura pública ou testamento.
- (D) contrato social.

49. Com relação à Defensoria Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A partir da entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015, a Defensoria Pública passou a gozar de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, inclusive quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo diverso para a Defensoria Pública.
- (B) O prazo para as manifestações processuais tem início com a colação da carta de intimação nos autos do processo.
- (C) O membro da Defensoria Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções, não havendo a possibilidade de ação regressiva caso seja instaurado processo administrativo disciplinar.
- (D) A Defensoria Pública exercerá a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, em todos os graus, de forma integral e gratuita.

50. Com relação ao litisconsórcio, assinale a alternativa correta.

- (A) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando, a despeito de haver entre elas comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide, faltar afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.
- (B) O requerimento de limitação do número de litisconsortes facultativos na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, não interrompe o prazo para manifestação ou resposta.
- (C) A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será nula, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo, e ineficaz, nos outros casos, apenas para os que não foram citados.
- (D) O litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes, que serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos.

51. De acordo com Código Civil brasileiro, aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Também comete ato ilícito

- (A) o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.
- (B) quem deteriora ou destrói coisa alheia, ou lesiona pessoa, sob pretexto de remover perigo iminente.
- (C) aquele que pratica o ato em legítima defesa. Contudo, não está isento da responsabilidade penal.
- (D) aquele que pratica o ato no exercício regular de um direito reconhecido.

52. Acerca da propriedade em geral, o Código Civil brasileiro dispõe que o proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha, observando que

- (A) são defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem.
- (B) o proprietário não pode ser privado da coisa, exceto na hipótese de requisição, em caso de perigo público iminente.
- (C) o direito de propriedade deve ser exercido de modo que sejam preservados a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas, exceto quando houver interesse econômico de relevante impacto social.
- (D) o proprietário também pode ser privado da coisa, sem direito à indenização, se o imóvel reivindicado consistir em extensa área, na posse ininterrupta e de boa-fé, por mais de cinco anos, de considerável número de pessoas, e estas nela houverem realizado obras e serviços considerados pelo juiz de interesse social e econômico relevante.

53. Acerca dos deveres das partes e de seus procuradores, assinale a alternativa correta.

- (A) É dever das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva.
- (B) A parte que praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso responderá, somente no âmbito administrativo, pela sua conduta, podendo ser-lhe aplicada multa de até vinte por cento do valor da causa.
- (C) Reconhecida a inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso, o juiz determinará o restabelecimento do estado anterior, mas não poderá impedir a parte de falar nos autos até a purgação do atentado.
- (D) O pagamento de multa pelo descumprimento das decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, dos embaraços à sua efetivação e pela prática de inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso também se aplica aos advogados públicos ou privados.

54. Acerca dos atos processuais e de tudo que lhes diz respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) As partes devem ser sempre intimadas para a prática de ato processual, mesmo que sua data tenha sido designada no calendário em comum acordo, sob risco de nulidade.
- (B) Os atos processuais podem ser total ou parcialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico, na forma da lei, exceto os atos notariais e de registro.
- (C) Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. A desistência da ação produz efeitos imediatos.
- (D) Os atos e os termos do processo serão assinados pelas pessoas que neles intervierem, todavia, quando essas não puderem ou não quiserem firmá-los, o escrivão ou o chefe de secretaria certificará a ocorrência.

55. Com relação à Tutela Provisória, assinale a alternativa correta.

- (A) A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.
- (B) A tutela provisória requerida em caráter antecedente ou incidental independe do pagamento de custas.
- (C) Para a concessão da tutela de urgência, a parte beneficiada deverá prestar caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer.
- (D) Uma vez prestada a caução, desde que seja apta a ressarcir quaisquer danos que a outra parte possa vir a sofrer, a tutela de urgência de natureza antecipada será concedida, mesmo ante o risco de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

56. Nos termos do Código de Processo Civil de 2015,
- (A) o juiz resolverá o mérito quando o processo ficar parado durante mais de um ano por negligência das partes.
 - (B) o pronunciamento judicial que não resolve o mérito em razão de litispendência obsta a que a parte proponha de novo a ação.
 - (C) o juiz resolverá o mérito quando homologar a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.
 - (D) uma vez que a lide esteja formada, a prescrição não será reconhecida sem que antes seja dada às partes oportunidade de manifestar-se. A decadência será reconhecida a qualquer tempo, independentemente de manifestação.

57. A execução fundada em título extrajudicial será processada perante o juízo competente, observando-se, entre outros pontos, que
- (A) a execução somente poderá ser proposta no foro de domicílio do executado.
 - (B) tendo mais de um domicílio, o executado será demandado necessariamente no foro onde eventualmente se encontrar.
 - (C) sendo incerto ou desconhecido o domicílio do executado, a execução poderá ser proposta no lugar onde for encontrado ou no foro de domicílio do exequente.
 - (D) a execução não poderá ser proposta no foro do lugar em que se praticou o ato ou em que ocorreu o fato que deu origem ao título, se lá o executado não mais residir.

58. Com relação aos recursos no processo cível, assinale a alternativa correta.
- (A) Os recursos obstam o cumprimento da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
 - (B) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.
 - (C) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso. A desistência do recurso prejudica a resolução de questão de repercussão geral reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.
 - (D) Cabe recurso dos despachos.

59. O crime de corrupção passiva simples é descrito do Código Penal brasileiro como
- (A) "exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida".
 - (B) "solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem".
 - (C) "patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário".
 - (D) "oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício".

60. A petição de agravo de instrumento será instruída, facultativamente,
- (A) com cópias da petição inicial, da contestação e da petição que ensejou a decisão agravada.
 - (B) com outras peças que o agravante reputar úteis.
 - (C) com cópias da decisão agravada.
 - (D) com cópias da certidão da respectiva intimação ou outro documento oficial que comprove a tempestividade e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.

61. De acordo com o Código Penal brasileiro, assinale a alternativa correta.
- (A) O agente que espanca o assaltante já desacordado, depois da tentativa de assalto, está agindo, em tese, em legítima defesa, e não responderá por qualquer ilícito penal.
 - (B) O indivíduo que atira no amigo em razão de jogo tipo roleta russa, mas cuja vítima baleada só venha a óbito porque, ao sair correndo para pedir socorro, é atropelado por veículo, não responde, em tese, por qualquer crime.
 - (C) O policial militar que, em serviço, atira em indivíduo que portava e expunha arma de brinquedo idêntica a original, não comete, em tese, qualquer ilícito penal.
 - (D) O membro do Corpo de Bombeiros que deixa de salvar vítima em prédio que estava na iminência de ruir não responde, em tese, por qualquer crime, pois omitiu-se para preservar a própria vida.

62. Nos termos do Código Penal brasileiro, se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, em tese,
- (A) ambos os agentes serão punidos.
 - (B) somente o executor da ordem será punido.
 - (C) somente o autor da coação ou da ordem será punido.
 - (D) nenhum dos agentes será punido.

63. O funcionário público que se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio, comete, em tese, o crime de
- (A) peculato.
 - (B) concussão.
 - (C) prevaricação.
 - (D) condescendência criminosa.

64. Constitui crime contra a Administração Pública definida no Código Penal brasileiro, praticado por particular, punível com pena de reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa o(a)
- (A) tráfico de influência.
 - (B) violação do sigilo de proposta de concorrência.
 - (C) exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado.
 - (D) corrupção passiva.

65. São fontes heterônomas do Direito do Trabalho:
- (A) as convenções coletivas de trabalho.
 - (B) os costumes.
 - (C) as sentenças normativas da Justiça do Trabalho.
 - (D) o regulamento interno da empresa.

66. De acordo com a Lei nº 1.079 de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, assinale a alternativa correta.

- (A) A denúncia será recebida a qualquer momento e será julgada com efeito retroativo no caso de ter o denunciado, por qualquer motivo, deixado definitivamente o cargo.
- (B) Recebida a denúncia, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, que se reunirá dentro de 10 dias e, depois de eleger seu Presidente e relator, emitirá parecer, dentro do prazo de dez dias, sobre se a denúncia deve ser ou não julgada objeto de deliberação.
- (C) Constitui crime de responsabilidade contra o livre exercício dos direitos políticos, individuais e sociais usar de violência ou ameaça, para constranger juiz, ou jurado, a proferir ou deixar de proferir despacho, sentença ou voto, ou a fazer ou deixar de fazer ato do seu ofício.
- (D) Constitui crime de responsabilidade contra a existência da União cometer ato de hostilidade contra nação estrangeira, expondo a República ao perigo da guerra, ou comprometendo-lhe a neutralidade.

67. De acordo com o disposto no Código Penal Brasileiro acerca dos crimes contra as finanças públicas, é punida com a pena mais severa a conduta de

- (A) ordenar ou autorizar a inscrição em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda limite estabelecido em lei.
- (B) prestar garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada, na forma da lei.
- (C) deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei.
- (D) ordenar despesa não autorizada por lei.

68. Com relação aos crimes contra a ordem tributária, definidos na Lei nº 8.137 de 1990, assinale a alternativa correta.

- (A) A conduta descrita como suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante falsificação ou alteração de nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável trata-se de crime formal.
- (B) A conduta descrita como deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos trata-se de crime material.
- (C) Quem, de qualquer modo, inclusive por meio de pessoa jurídica, concorre para os crimes definidos nesta lei, responderá pelos crimes, podendo ter a pena reduzida de um a dois terços.
- (D) Nos crimes previstos nesta Lei, cometidos em quadrilha ou co-autoria, o co-autor ou partícipe que através de confissão espontânea revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delitosa terá a sua pena reduzida de um a dois terços.

69. De acordo com o Decreto-lei nº 201 de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências, assinale a alternativa correta.

- (A) Constitui crime de responsabilidade dos Prefeitos Municipais o ato de impedir o funcionamento regular da Câmara.
- (B) Uma vez instaurado processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas na lei, o denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de 5 (cinco) dias úteis.
- (C) A Câmara poderá cassar o mandato de Vereador, quando este fixar residência fora do Município.
- (D) Extingue-se o mandato do Vereador e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, quando deixar de comparecer, sem que esteja licenciado, a cinco sessões ordinárias consecutivas, ou a três sessões extraordinárias convocadas pelo Prefeito para a apreciação de matéria urgente.

70. Com relação aos sujeitos envolvidos na relação de trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se empregado, entre outras características, quem presta serviços de natureza eventual.
- (B) Considera-se empregado o microempresário individual que contrata, utilizando-se dessa personalidade.
- (C) Considera-se empregador, entre outras coisas, a empresa que admite e assalaria empregador. A definição não abrange o microempresário individual.
- (D) O empregador sempre assumirá os riscos do negócio.

71. Com relação ao conceito de trabalhador rural expresso na Lei n. 5.889 de 1973, leia o trecho abaixo.

"Toda pessoa _____ que, em propriedade rural ou _____, presta serviços de natureza _____ a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário".

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.

- (A) física / prédio rústico / não eventual
- (B) física ou jurídica / prédio rústico / eventual ou não
- (C) física / urbana de atividade rural / não eventual
- (D) jurídica / urbana de atividade rural / eventual ou não

72. Nos termos da Consolidação das Leis Trabalhistas, leia o trecho abaixo, sobre o aviso prévio.

"O aviso prévio será concedido na proporção de 30 (trinta) dias aos empregados que contêm até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa; ao aviso prévio de 30 (trinta) dias, serão acrescidos _____ dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de _____ dias, perfazendo um total de até _____ dias.

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.

- (A) 6 (seis) / 120 (cento e vinte) / 150 (cento e cinquenta)
- (B) 5 (cinco) / 100 (cem) / 130 (cento e trinta)
- (C) 4 (quatro) / 80 (oitenta) / 110 (cento e dez)
- (D) 3 (três) / 60 (sessenta) / 90 (noventa)

73. No que tange à remuneração em sede de Direito do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) A remuneração é a espécie do gênero salário.
- (B) A gorjeta é a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado. Não se considera gorjeta o valor cobrado pela empresa, como serviço ou adicional, a qualquer título, e destinada à distribuição aos empregados.
- (C) O salário tem natureza alimentar, e por isso não poderá ser reduzido em nenhuma hipótese.
- (D) O empregador é obrigado a anotar, na CTPS, o percentual das comissões a que faz jus o empregado.

74. Com relação à duração do trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Durante o período de sobreaviso, os ferroviários fazem jus à metade do valor da hora normal de trabalho. Chamados a prestar serviço, o período trabalhado será remunerado normalmente.
- (B) A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais.
- (C) Ao professor, é vedado dar, por dia, no mesmo estabelecimento de ensino, mais de 8 aulas consecutivas ou mais de 12 aulas intercaladas. As aulas que excederem este limite deverão ser remuneradas como extras.
- (D) Nas empresas que explorem o serviço de telefonia, telegrafia submarina ou subfluvial, de radiotelegrafia ou de radiotelegrafia, a jornada de trabalho dos empregados operadores terá duração máxima de 8 horas contínuas ou 40 horas semanais.

75. De acordo com a Lei Orgânica Municipal, o território do Município poderá ser dividido em distritos, organizados e suprimidos por lei municipal, mediante

- (A) processo legislativo de iniciativa da Câmara dos Vereadores.
- (B) consulta plebiscitária.
- (C) referendo.
- (D) promulgação de lei estadual que defina os novos distritos.

76. De acordo com a Lei Orgânica Municipal, compete ao Município

- (A) instituir e arrecadar imposto sobre o rendimento dos seus cidadãos.
- (B) executar obras de drenagens pluviais.
- (C) manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de ensino médio e universitário.
- (D) fomentar a atividade industrial e extrativista, especialmente no que tange à pesquisa e à lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

77. Nos termos da Lei Orgânica Municipal, compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre

- (A) criação ou extinção de cargos dos serviços da Câmara e fixação dos respectivos vencimentos.
- (B) abertura de créditos suplementares ou especiais, através de anulação parcial ou total pela Câmara.
- (C) orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual.
- (D) desapropriação.

78. As contas do Município ficarão à disposição dos cidadãos durante _____ dias, a partir de _____ de cada exercício no horário de funcionamento da Câmara Municipal, em local de fácil acesso ao público.

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas, de acordo com Lei Orgânica Municipal.

- (A) 120 (cento e vinte) / 1º de fevereiro
- (B) 90 (noventa) / 15 (quinze) de fevereiro
- (C) 90 (noventa) / 1º de março
- (D) 60 (sessenta) / 15 (quinze) de abril

79. Com relação às sessões da Câmara Municipal, nos termos da Lei Orgânica Municipal, assinale a alternativa correta.

- (A) A Câmara Municipal reunir-se-á em Sessão Ordinária, Extraordinária e Solenes, de conformidade com o disposto em seu Regimento Interno. São vedadas sessões secretas.
- (B) A Câmara Municipal reunir-se-á, anualmente, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.
- (C) As sessões da Câmara Municipal poderão, a qualquer tempo, ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, ou fora dele.
- (D) As reuniões marcadas para as datas estabelecidas na Lei Orgânica serão antecipadas para o último dia útil imediatamente anterior quando recaírem em sábados, domingos e feriados.

80. O Prefeito não poderá ausentar-se do Município sem licença da Câmara Municipal, sob pena de perda de mandato, salvo por período inferior a

- (A) 15 (quinze) dias.
- (B) 30 (trinta) dias.
- (C) 45 (quarenta e cinco) dias.
- (D) 60 (sessenta) dias.